

RELATÓRIO DE RESULTADOS - 2026

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU

1. FINALIDADE E FUNCIONAMENTO

- **Objetivo Institucional:** O Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição tem como finalidade gerenciar e implementar ações que busquem a eficiência e a equalização da carga de trabalho nas unidades de primeira instância. Atua na análise de dados estatísticos, reestruturação administrativa, e no desenvolvimento de projetos que melhorem a qualidade de vida de magistrados e servidores, além de garantir o cumprimento de metas correicionais.
- **Norma de Criação:** Instituída pela **Resolução nº 298, de 19 de julho de 2023**, com composição designada pela **Portaria GP/TRT 19ª nº 214, de 13 de março de 2026**.
- **Periodicidade Prevista:** Conforme recomendação da ata de correição, as reuniões devem ser realizadas trimestralmente.

2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (2025/2026)

Considerando o histórico de planejamento para o ano de 2026, o colegiado estabeleceu o seguinte calendário:

- **06/02/2026:** 1ª Reunião Ordinária (Abertura do ciclo 2026).
- **24/04/2026:** 2ª Reunião agendada (11h00).
- **03/07/2026:** 3ª Reunião agendada (11h00).
- **16/10/2026:** 4ª Reunião agendada (11h00).

3. SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES E DEBATES (ATA DE 06/02/2026)

- **Projeto Equaliza:**
 - O comitê analisou o relatório estatístico dos meses de outubro a dezembro de 2025, verificando que o coeficiente de variação na distribuição de processos caiu de aproximadamente 36% para 8%.
 - Em Arapiraca, a variação de 14% foi considerada tolerável, mas o colegiado deliberou pelo monitoramento para avaliar a necessidade de retorno do modelo de auxiliar fixo.
 - Houve debate sobre a padronização das lotações: 12 servidores para Maceió, 9 para Arapiraca e 8 para o interior. A Dra. Bianca propôs que reposições considerem o acervo das unidades para priorizar varas sobrecarregadas.
- **Núcleo 4.0 e Execução:**
 - O comitê propôs a criação de um Núcleo 4.0 piloto focado no cumprimento de sentenças coletivas (Caixa e CARHP) para desafogar as unidades de Maceió.
 - A proposta inclui rotatividade de magistrados e futura especialização de peritos contábeis.

- **Reestruturação Administrativa:**
 - A comissão informou que o estudo de reestruturação será apresentado até o final de fevereiro de 2026, com vigência prevista para 1º de julho de 2026.
 - O projeto prevê a criação da Secretaria Judiciária Geral para integrar os graus de jurisdição e fortalecer precedentes.
 - Registrou-se o desafio da extinção compulsória de 32 funções comissionadas.
- **Comunicações Processuais e Oficiais de Justiça:**
 - O comitê debateu a sobrecarga em Santana do Ipanema e a necessidade de equalização para oficiais de justiça.
 - Deliberou-se pelo estímulo ao Domicílio Judicial Eletrônico antes da expedição de mandados físicos.
 - Avaliou-se o retorno do Aviso de Recebimento (AR) em notificações iniciais para garantir segurança jurídica.
- **Capacitação e PJE:**
 - O colegiado identificou dificuldades técnicas no módulo de cartas precatórias e na distribuição automática para perícias.
 - Ficou deliberado o envio de ofício à EJUD para solicitação de curso sobre gestão de vara e IA.
- **Teletrabalho:**
 - O Presidente esclareceu a nova diretriz da Corregedoria Geral: servidores em teletrabalho parcial devem cumprir três dias presenciais por semana.

4. ENCAMINHAMENTOS PENDENTES E PRÓXIMAS ETAPAS

- **Processo Eleitoral:** Oficiar a Presidência e o Pleno para iniciar a eleição da nova composição do comitê (mandato de 2 anos).
- **Ofício EJUD:** Solicitar formalmente a capacitação em IA e gestão.
- **Monitoramento:** Acompanhar os índices de variação de Arapiraca e o impacto das novas regras de teletrabalho.